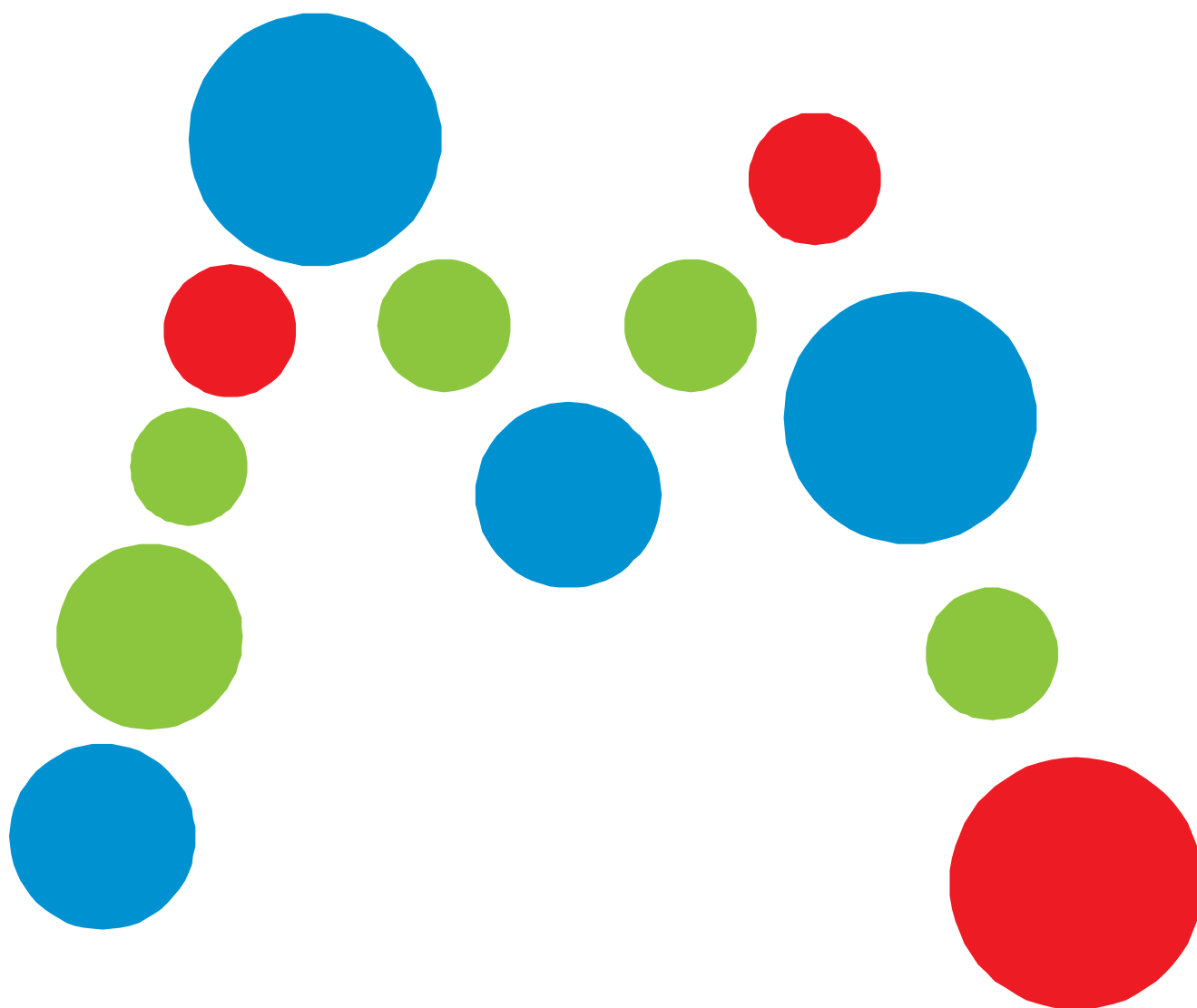


# Mercados

informação global



## Indonésia Ficha de Mercado

Maio 2013



aicep Portugal Global

## Índice

1. Dados Gerais	3
2. Economia	5
2.1. Situação Económica e Perspetivas	5
2.2. Comércio Internacional	7
2.3. Investimento Estrangeiro	11
2.4. Turismo	12
3. Relações Económicas com Portugal	14
3.1. Comércio de Bens	14
3.2. Serviços	18
3.3. Investimento	18
3.4. Turismo	18
4. Condições Legais de Acesso ao Mercado	18
4.1. Regime Geral de Importação	18
4.2. Regime de Investimento Estrangeiro	21
5. Informações Úteis	22
6. Contactos Úteis	24
7. Endereços de Internet	27

## 1. Dados Gerais

Mapa:



Fonte: The Economist Intelligence Unit (EIU)

Área:	1.904.443 km <sup>2</sup>
População:	248,2 milhões de habitantes (estimativa 2012). A Indonésia é o quarto país mais populoso do mundo, a seguir à China, à Índia e aos EUA
Densidade populacional:	130 hab. /Km <sup>2</sup> (estimativa 2012)
Designação oficial:	República da Indonésia
Chefe de Estado:	Presidente Susilo Bambang Yudhoyono (desde outubro de 2004)
Vice-Presidente:	Boediono
Data da atual constituição:	A Indonésia rege-se pela Constituição elaborada em 1945, diversas vezes alterada até 2002
Principais partidos políticos:	Há três partidos seculares nacionalistas: o Partido Democrata (PD), o Golkar e o Partido Indonésio de Luta Democrática (PDI-P). Os outros principais partidos, de orientação islâmica, são o Partido do Desenvolvimento Unido (PPP), o Partido do Despertar Nacional (PKB), o Partido do Mandato Nacional (PAN) e o Partido da Justiça Próspera (PKS). As próximas eleições, legislativas e presidenciais, estão previstas para 2014

Capital:	Jacarta (9,608 milhões de habitantes, censo de 2010). Localiza-se na ilha de Java
Outras cidades importantes:	Bandung; Surabaya; Medan; Semarang; Palembang
Religião:	De acordo com o censo de 2000, cerca de 86% da população é aderente do Islão, 9% é cristã e 2% é hindu. Existem, também, praticantes de outras religiões
Língua:	A língua oficial é o “Bahasa Indonesia”, de origem malaia. Falam-se ainda no arquipélago muitas outras línguas e dialetos regionais, entre os quais o javanês, o sundanês, o árabe e o chinês
Unidade monetária:	Rupia Indonésia (IDR) 1 EUR = 12.664,51 IDR (Banco de Portugal - média / abril 2013)
Risco País:	Risco geral - BB (AAA = risco menor; D = risco maior) - (EIU - abril 2013) Risco Político - B Risco de Estrutura Económica - BB
Risco de crédito:	3 (1 = risco menor; 7 = risco maior) - (COSEC - maio 2013)
Política de cobertura de risco:	<i>Operações de Curto prazo</i> – Caso a caso, com eventual exigência de carta de crédito irrevogável ou garantia bancária; <i>Médio/Longo prazo</i> – Caso a caso, com eventual exigência de garantia bancária ou garantia soberana (COSEC - maio 2013)

Principais relações internacionais e regionais:

[Banco Asiático de Desenvolvimento](#) (BAsD), [Banco Islâmico de Desenvolvimento](#), [Banco de Compensações Internacionais](#), [Organização das Nações Unidas](#) (ONU) e suas [agências especializadas](#), e [Organização Mundial de Comércio](#) (OMC) desde 1 de janeiro de 1995. A nível regional faz parte do Encontro Ásia-Europa ([Asia-Europe Meeting](#) – ASEM), da Cooperação Económica Ásia-Pacífico ([Asia-Pacific Economic Cooperation](#) – APEC), do Conselho de Cooperação Económica do Pacífico ([Pacific Economic Cooperation Council](#) – PECC) e da Associação de Nações do Sudeste Asiático ([Association of Southeast Asian Nations](#) - ASEAN). Dada a sua relevância é de salientar que a ASEAN celebrou Acordos de Comércio Livre (que permitem que sejam aplicadas isenções ou reduções de direitos aduaneiros) com a [China](#), [Coreia do Sul](#), [Índia](#), [Austrália](#) e [Nova Zelândia](#)

Relacionamento com a União Europeia (UE):

As relações comerciais da Indonésia com a União Europeia (UE) processam-se no âmbito do [Acordo de Cooperação celebrado entre a CEE e os países ASEAN em 1980](#), através do qual os signatários comprometem-se a estudar os meios e métodos que permitam eliminar os obstáculos às suas trocas comerciais, em particular os obstáculos não tarifários. Em 2009 foi assinado um novo acordo entre a UE e a Indonésia – o [Acordo-Quadro Global de Parceria e Cooperação](#) (APE) – que ainda aguarda a ratificação das partes para a sua entrada em vigor. Este APE constitui a base para a posterior negociação de um Acordo de Comércio Livre e inclui um capítulo dedicado à cooperação no âmbito do comércio e do investimento. Mais informação sobre o relacionamento bilateral entre as partes pode ser consultada no Portal – [European External Action Service](#) (EEAS)

## Ambiente de Negócios

Competitividade (Rank no Global Competitiveness Index 2012/13) - 50º	Facilidade de Negócios (Rank no Doing Business Rep. 2013) - 128º
Transparência (Rank no Corruption Perceptions Index 2012) - 118º	Ranking Global (EIU, entre 82 mercados) - 57º

## 2. Economia

### 2.1. Situação Económica e Perspetivas

A economia indonésia encontrava-se numa situação extremamente difícil quando, em 1967, foi estabelecida a *Nova Ordem* (*Nova Ordem* ou *Orde Baru*, termo utilizado para caracterizar o regime do General Suharto, em contraste com o anterior – *Orde Lama* ou *Velha Ordem*, de Sukarno). A produção e o investimento tinham caído em muitos setores desde 1950 e o crescimento real do PIB foi de, apenas, 2%, em média anual no período 1950-1965, abaixo da taxa de crescimento da população. A indústria transformadora representava menos de 10% do PIB e era caracterizada por um significativo excesso em termos de capacidade produtiva, causado por incertezas ao nível dos preços, da oferta e regulação governamental. No início dos anos 60, o défice orçamental ascendia a cerca de 50% da despesa total, os rendimentos do setor exportador reduziram-se abruptamente e a inflação acelerou até a um máximo de 640% em 1966.

Uma gestão prudente da economia permitiu à Indonésia registar, de forma consistente, elevadas taxas de crescimento durante mais de duas décadas. Este crescimento, em média superior a 6% ao ano entre 1970 e 1996, foi conseguido apesar de vários choques externos, incluindo fortes movimentos nos preços do petróleo e nas taxas de câmbio internacionais, que afetaram os termos de troca e o valor da sua dívida externa.

De um país de baixo rendimento em meados dos anos 60, a Indonésia transformou-se num país de médio rendimento, com um PIB *per capita* estimado pelo EIU (*The Economist Intelligence Unit*) para 2012 de 3.540 USD. O incremento do PIB *per capita* vem ocorrendo, não obstante a população da Indonésia também vir aumentando, prevendo-se que em 2013 possa ultrapassar 250 milhões de pessoas.

Desde o final da crise financeira asiática de 1997-98 que a Indonésia vem registando sólidas taxas de crescimento do PIB, na ordem de 5-6% ao ano.

O país superou, melhor que os seus vizinhos regionais e sem grandes sobressaltos, a crise financeira global, em grande medida porque as suas exportações têm pouco peso no PIB e graças à sua elevada dependência do consumo doméstico.

Num cenário de abrandamento económico global, o crescimento do PIB foi de 6,2% em 2012, ligeiramente abaixo da percentagem de 2011 (6,5%), prevendo o EIU para 2013 um valor percentual semelhante ao registado no ano anterior.

O consumo privado, que registou um aumento de 5,3% em 2012, representando cerca de 55% do PIB nesse ano, deverá continuar a desempenhar o papel de principal motor do crescimento, prevendo o EIU um crescimento médio anual de 5,4%, no período de 2013 a 2017.

Para o ano em curso espera-se um acréscimo do consumo privado de 5,6%. No entanto, no primeiro trimestre de 2013 o consumo privado aumentou apenas ligeiramente (0,3%) comparativamente com o trimestre anterior.

A formação bruta de capital fixo, responsável por cerca de 33% do PIB em 2012, aumentou 9,8% nesse ano. Segundo o EIU, espera-se um crescimento médio anual de 9,6% no período de 2013 a 2017. No primeiro trimestre de 2013 verificou-se uma variação percentual de -6% relativamente ao trimestre anterior.

No primeiro trimestre de 2013, o setor da agricultura foi o que registou melhor desempenho, tendo-se verificado um aumento de 23% no respetivo *output*, face ao trimestre homólogo do ano anterior, o que poderá dever-se ao início da colheita do arroz. O *output* do setor financeiro e dos serviços de negócios teve um incremento de 3%, registando o dos transportes e comunicações um acréscimo de 1,6%. O setor da construção teve o pior desempenho, verificando-se uma quebra no respetivo *output* de 4,7%. A indústria transformadora, as *utilities*, o setor hoteleiro e o comércio grossista e a retalho tiveram decréscimos, em termos de *output*, que se situaram entre 2% e 3%.

#### Principais Indicadores Macroeconómicos

	Unidade	2010 <sup>a</sup>	2011 <sup>a</sup>	2012 <sup>a</sup>	2013 <sup>c</sup>	2014 <sup>c</sup>	2015 <sup>c</sup>
População	Milhões	243,0	245,6 <sup>b</sup>	248,2 <sup>b</sup>	250,8	253,3	255,8
PIB a preços de mercado	10 <sup>12</sup> IDR	6.447	7.423	8.242	8.993	10.073	11.350
PIB a preços de mercado	10 <sup>9</sup> USD	709,2	846,3	878,0	922,0	1.035,6	1.187,5
PIB <i>per capita</i>	USD	2.920	3.450 <sup>b</sup>	3.540 <sup>b</sup>	3.680	4.090	4.640
Crescimento real do PIB	%	6,2	6,5	6,2	6,2	6,0	5,7
Consumo privado	Var. %	4,7	4,7	5,3	5,6	5,5	5,3
Consumo público	Var. %	0,3	3,2	1,2	5,0	7,0	8,0
Formação bruta de capital fixo	Var. %	8,5	8,8	9,8	10,3	9,6	9,5
Taxa de desemprego	%	7,1	6,6	6,1	7,0	6,8	6,7
Taxa de inflação (média)	%	5,1	5,4	4,3	5,7	5,7	6,2
Dívida externa	% do PIB	27,5	25,2	25,0 <sup>b</sup>	22,8	20,8	18,6
Saldo do setor público	% do PIB	-0,7	-1,1	-2,2 <sup>b</sup>	-1,9	-0,9	-0,4
Dívida Pública	% do PIB	25,6	22,6 <sup>b</sup>	23,0 <sup>b</sup>	23,1	21,5	19,5
Balança corrente	10 <sup>9</sup> USD	5,1	2,1	-23,0 <sup>b</sup>	-16,6	-21,0	-23,0
Balança corrente	% do PIB	0,7	0,2	-2,6 <sup>b</sup>	-1,8	-2,0	-1,9
Taxa de câmbio - média	1USD=xIDR	9.090	8.770	9.387	9.754	9.727	9.558

Fonte: The Economist Intelligence Unit (EIU)

Notas: (a) Dados Efetivos; (b) Estimativas; (c) Previsões

IDR - Rupia Indonésia

O valor das exportações de bens e serviços registou no primeiro trimestre de 2013 uma redução de 4,3%, relativamente ao trimestre homólogo do ano anterior, tendo o montante das importações diminuído 13,2%.

A taxa de inflação média foi de 4,3% em 2012, perspetivando-se que possa aumentar para 5,7% em 2013. Segundo o EIU, a continuação do aumento do salário mínimo, as baixas taxas de juro e maiores restrições à importação de produtos de baixo preço poderão provocar pressões inflacionistas, assim como a subida dos preços de comercialização da eletricidade em 2013, que, eventualmente, poderá atingir uma percentagem de dois dígitos.

Estima-se que o saldo do setor público tenha representado -2,2% do PIB em 2012 prevendo-se para 2013 um valor percentual de -1,9%. O peso da dívida pública no PIB era de cerca de 30% em 2008, estima-se que tenha passado para 23% em 2012, situando-se a percentagem prevista para 2013, aproximadamente, neste valor percentual.

De acordo com as estatísticas locais, a balança corrente da Indonésia, após catorze anos de saldos positivos, estima-se que tenha registado um défice em 2012, devido, sobretudo, à considerável redução no saldo da balança comercial.

O saldo da balança corrente representou 0,2% do PIB em 2011, sendo a estimativa para 2012 de -2,6% e prevê-se uma percentagem de -1,8% para 2013.

## 2.2. Comércio Internacional

O baixo nível de rendimento disponível durante os anos 70 e 80 teve como consequência que as exportações se tenham tornado num importante fator de crescimento económico naquele período. Em meados da década de 70, as vendas ao exterior consistiam essencialmente num reduzido número de matérias-primas, onde se incluíam a borracha natural, o óleo de coco, a copra, o estanho e o petróleo.

Os elevados preços do petróleo nos anos 70 conduziram a Indonésia para a dependência das exportações daquela matéria-prima e do gás, originando um saldo positivo da balança comercial global de mercadorias, apesar do défice observado ao nível da balança não-energética.

Com o declínio dos preços internacionais do petróleo após 1983, foi levado a cabo um esforço concertado em direção à industrialização, o que originou que produtos semiacabados, em particular os têxteis, tenham dominado rapidamente a composição das exportações indonésias.

Verificou-se uma orientação no sentido da diversificação da base exportadora, estratégia que conduziu, em 1993, à obtenção, pela primeira vez em vinte anos, de um *superavit* da balança não-energética. O impacto desta política continuava a ser visível em 2011, uma vez que as vendas ao exterior de petróleo e gás representaram menos de 25% das exportações totais.



Do lado das importações, o crescimento vinha sendo lento, tendo-se atingido apenas em 2004 o nível registado antes da crise asiática de 1997-1998. Em 2007, 2008, 2010 e 2011 o crescimento das importações foi superior ao das exportações. Para 2012, estima-se que tenha existido um incremento das importações e uma redução das exportações.

#### Evolução da Balança Comercial

(10 <sup>9</sup> USD)	2008	2009	2010	2011	2012
Exportação fob	132,2	113,3	150,0	191,7	178,3*
Importação fob	107,7	81,0	118,6	156,9	169,8*
Saldo	24,5	32,3	31,4	34,8	8,5*
Coeficiente de cobertura (%)	122,7	139,9	126,5	122,2	105,0*
Posição no <i>ranking</i> mundial					
Como exportador	31 <sup>a</sup>	29 <sup>a</sup>	28 <sup>a</sup>	26 <sup>a</sup>	26 <sup>a</sup>
Como importador	30 <sup>a</sup>	31 <sup>a</sup>	29 <sup>a</sup>	29 <sup>a</sup>	27 <sup>a</sup>

Fontes: The Economist Intelligence Unit (EIU); World Trade Organization (WTO)

Nota: (\*) Estimativas

No período de 2008 a 2012, a média das taxas de crescimento anuais das exportações foi de cerca de 10% e no que respeita às importações foi de, aproximadamente, 16%. Os valores das exportações registaram aumentos de 32,4% em 2010 e 27,8% em 2011. Verificou-se uma diminuição das exportações em 2009 face ao ano anterior (uma variação percentual de -14,3%), devido à menor procura externa e à queda dos preços das principais *commodities* que a Indonésia vendeu para os mercados externos. A variação percentual estimada para 2012 é de -7%.

Os montantes das importações aumentaram 46,4% em 2010 e 32,3% em 2011, diminuindo em 2009 (uma variação percentual de -24,8%), devido, sobretudo, à diminuição do preço do petróleo e a uma desaceleração do investimento. O acréscimo estimado para 2012 é de 8,2%.

O saldo da balança comercial, habitualmente positivo, estima-se que tenha registado em 2012 o menor valor dos últimos cinco anos (8,5 mil milhões de USD), devido à fraca procura externa e ao crescimento das importações.

O coeficiente de cobertura das importações pelas exportações, de 2008 a 2011, situou-se entre 122% e 140%, estimando-se um valor percentual de 105% para 2012.

Estima-se que as exportações e as importações tenham representado 39,6% do PIB em 2012, sendo a percentagem estimada de 19,3%, considerando apenas as compras de bens ao exterior; nesse ano, a Indonésia representou 1% do total das importações a nível mundial.



Em 2011 (último ano disponível), o Japão foi o principal cliente desse país, com uma quota de 16,6% no respetivo valor global. Seguiram-se a China (11,3%), Singapura (9,1%) e os EUA e a Coreia do Sul (com 8,1% cada).

Estes cinco mercados representaram, em conjunto, cerca de 53% do total das suas vendas de produtos para o exterior nesse ano.

#### Principais Clientes

Mercado	2009		2010		2011	
	Quota (%)	Posição	Quota (%)	Posição	Quota (%)	Posição
Japão	15,9	1 <sup>a</sup>	16,3	1 <sup>a</sup>	16,6	1 <sup>a</sup>
China	9,9	2 <sup>a</sup>	9,9	2 <sup>a</sup>	11,3	2 <sup>a</sup>
Singapura	8,8	4 <sup>a</sup>	8,7	4 <sup>a</sup>	9,1	3 <sup>a</sup>
EUA	9,3	3 <sup>a</sup>	9,1	3 <sup>a</sup>	8,1	4 <sup>a</sup>
Coreia do Sul	7,0	5 <sup>a</sup>	8,0	5 <sup>a</sup>	8,1	5 <sup>a</sup>
<b>Portugal</b>	0,09	53 <sup>a</sup>	0,06	65 <sup>a</sup>	0,06	65 <sup>a</sup>

Fonte: International Trade Centre (ITC)

O Japão, a China e a Coreia do Sul mantiveram sempre as mesmas posições de 2009 a 2011. Os EUA e Singapura ficaram em 2009 e 2010, respetivamente, no 3º e 4º lugares, tendo trocado de posições em 2011.

As quotas do Japão e da Coreia do Sul aumentaram sempre ao longo do período em análise (de 2009 a 2011), registando oscilações os valores percentuais de Singapura. A quota da China, em 2010, foi semelhante à do ano anterior, verificando-se uma percentagem superior em 2011.

Ao nível das compras da Indonésia ao exterior, a China ocupou a primeira posição em 2011, com 14,8% do respetivo valor global. Seguiram-se Singapura (14,6%), o Japão (11%), a Coreia do Sul (7,3%) e os EUA (6,1%).

O valor agregado dos cinco primeiros mercados representou cerca de 54% do total das suas importações nesse ano.

Dos países mencionados, apenas o Japão manteve sempre a mesma posição de 2009 a 2011. Singapura e a China ocuparam em 2009, respetivamente, o 1º e 2º lugares, tendo trocado de posições em 2010. A Coreia do Sul manteve em 2010 a mesma posição do ano anterior, subindo ao 4º lugar em 2011. Os EUA registaram, igualmente, a mesma posição em 2009 e 2010, descendo, neste caso, ao 5º lugar em 2011.

As quotas da Coreia do Sul aumentaram sempre ao longo do período em análise, diminuindo as percentagens de Singapura e dos EUA. Verificaram-se oscilações nos valores percentuais da China e do Japão.

#### Principais Fornecedores

Mercado	2009		2010		2011	
	Quota (%)	Posição	Quota (%)	Posição	Quota (%)	Posição
China	14,5	2ª	15,1	1ª	14,8	1ª
Singapura	16,1	1ª	14,9	2ª	14,6	2ª
Japão	10,2	3ª	12,5	3ª	11,0	3ª
Coreia do Sul	4,9	6ª	5,7	6ª	7,3	4ª
EUA	7,3	4ª	6,9	4ª	6,1	5ª
<b>Portugal</b>	0,01	79ª	0,01	84ª	0,03	70ª

Fonte: International Trade Centre (ITC)

Em termos de importância de Portugal nos fluxos comerciais da Indonésia, em 2011 o nosso país situou-se na 65ª posição no *ranking* de clientes, com uma quota de 0,06%, e no 70º lugar no de fornecedores, com um valor percentual de 0,03%.

Os principais agrupamentos de produtos exportados pela Indonésia, em 2011, foram combustíveis e óleos minerais, gorduras e óleos animais ou vegetais, etc., borracha e suas obras, máquinas e equipamentos elétricos e minérios, escórias e cinzas que representaram, em conjunto, aproximadamente 61% do respetivo valor total das suas vendas para o exterior.

A quatro dígitos da Nomenclatura Combinada, o destaque ao nível das exportações vai para as categorias de produtos relativas a hulhas, briquetes, etc. (com 12,5% do montante global), gás de petróleo e outros hidrocarbonetos gasosos (11,2%) e azeite de palma e suas frações (8,5%).

#### Principais Produtos Transacionados - 2011

Exportações / Setor	%	Importações / Setor	%
27 - Combustíveis e óleos minerais	33,9	27 - Combustíveis e óleos minerais	23,0
15 - Gorduras e óleos animais ou vegetais, etc.	10,6	84 - Máquinas e equipamentos mecânicos	13,9
40 - Borracha e suas obras	7,1	85 - Máquinas e equipamentos elétricos	10,3
85 - Máquinas e equipamentos elétricos	5,5	72 - Ferro fundido, ferro e aço	4,8
26 - Minérios, escórias e cinzas	3,6	87 - Veículos automóveis e outros, etc.	4,3

Fonte: International Trade Centre (ITC)

Nas importações, os principais agrupamentos em 2011 foram combustíveis e óleos minerais, máquinas e equipamentos mecânicos e elétricos, ferro fundido, ferro e aço e veículos automóveis e outros, suas partes e acessórios, que representaram, em conjunto, aproximadamente 56% do total.

A quatro dígitos da Nomenclatura Combinada, são de destacar as categorias de produtos referentes a óleos de petróleo ou de minerais betuminosos (excluindo óleos brutos), preparações, etc. (15,6% do valor global) e óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos (6,3%).

### 2.3. Investimento Estrangeiro

A *Nova Ordem* começou a encorajar ativamente o investimento estrangeiro a partir de 1966. Nos anos 70 e início dos anos 80, os elevados rendimentos gerados pelo setor petrolífero originaram uma menor necessidade governamental dos fundos provenientes do investimento estrangeiro. Consequentemente, foram introduzidas condições cada vez mais restritivas à entrada de capital externo no país, nomeadamente ao nível das regras de emprego de expatriados estrangeiros e da importação de maquinaria e matérias-primas, ao mesmo tempo que se foi fechando o leque de setores abertos ao investimento estrangeiro e impostas condições, tendo em vista a participação de empresas locais nos projetos.

Este cenário, combinado com a quase estagnação do mercado doméstico, levou ao declínio dos níveis de investimento estrangeiro a partir de 1984. Em 1986, foi implementado um conjunto de reformas desreguladoras, incluindo a abertura de alguns setores ao investimento privado, a redução do capital mínimo necessário para a criação de um negócio e a facilitação relativa à contratação de estrangeiros e à importação de *inputs* associados aos investimentos.

A alteração da regulação anunciada, em junho de 1994, para liberalizar o investimento estrangeiro na Indonésia, teve como efeito um aumento do IDE (investimento direto do exterior) no país. Posteriormente, a crise económica e a incerteza política tiveram um reflexo muito negativo no investimento estrangeiro na Indonésia.

Em 2004 e 2005, os valores de IDE aumentaram significativamente, sendo, respetivamente, de 1,9 e 8,3 mil milhões de USD. O montante de IDE na Indonésia em 2006 (4,9 mil milhões de USD) ficou em mais de 40% aquém do registado em 2005, tendo, no entanto, sido superior ao montante de 2004.

Um renovado esforço para melhorar o clima de negócios foi lançado no início de 2007, com a publicação de uma nova lei de investimento. Verificou-se uma recuperação da descida verificada em 2006 nos dois anos seguintes, tendo-se registado em 2008 um valor de 9,3 mil milhões de USD.

Em 2009 voltou a ocorrer uma redução significativa no montante de IDE (a variação percentual foi, aproximadamente, de -48% face a 2008), passando novamente para um valor inferior a 5 mil milhões de USD.

Nos dois anos seguintes verificaram-se acréscimos nos montantes de IDE, registando-se um valor de 18,2 mil milhões de USD em 2011. O montante estimado para 2012 é ainda superior ao verificado no ano anterior, sendo de 19,8 mil milhões de USD.

Segundo o Conselho de Coordenação para o Investimento (BKPM - *Badan Koordinasi Penanaman Modal*) os principais países de origem do IDE realizado nesse país, em 2012, foram Singapura, o Japão, a Coreia do Sul, os EUA e as Ilhas Maurícias e os principais setores de destino desse investimento foram a indústria extrativa, os transportes, armazenagem e comunicações, a indústria química e farmacêutica, a indústria eletrónica, maquinaria e metais, a indústria dos veículos a motor e outros equipamentos de transporte, a indústria alimentar, os produtos agrícolas, a eletricidade, gás e água e a indústria do papel e impressão.

Estima-se que o valor do IDE tenha representado 2,3% do PIB e 6,8% do total da formação bruta de capital fixo em 2012.

Nos últimos cinco anos, o investimento direto da Indonésia no exterior registou o maior montante em 2011 (7,7 mil milhões de USD), sendo, no entanto, o valor de 2012 ainda uma estimativa. No período em análise, os respetivos montantes de investimento direto no exterior foram sempre inferiores aos valores de IDE.

#### Investimento Direto

(10 <sup>6</sup> USD)	2008	2009	2010	2011	2012*
Investimento do exterior na Indonésia	9.319	4.877	13.771	18.160	19.843
Investimento da Indonésia no exterior	5.900	2.249	2.664	7.722	5.423
Posição no <i>ranking</i> mundial					
Como recetor	36 <sup>a</sup>	40 <sup>a</sup>	23 <sup>a</sup>	18 <sup>a</sup>	n.d.
Como emissor	34 <sup>a</sup>	41 <sup>a</sup>	42 <sup>a</sup>	33 <sup>a</sup>	n.d.

Fontes: The Economist Intelligence Unit (EIU); UNCTAD - World Investment Report 2012

Notas: (\*) Estimativas

n.d. - não disponível

O EIU prevê acréscimos nos valores do IDE e do investimento direto da Indonésia no exterior em 2013 e nos quatro anos seguintes.

#### 2.4. Turismo

A partir de meados dos anos 70, elevados fluxos de investimento foram canalizados para o setor do turismo, nomeadamente para a hotelaria. Contudo, o aumento do nível da chegada de turistas ficou abaixo das expectativas, com apenas 592 mil registados em 1982. Esta situação, a par da perspetiva de declínio do rendimento das exportações de petróleo, proporcionou uma revisão do setor.

Em abril de 1983 foi levantada a necessidade de vistos para turistas da maioria dos países europeus, de todos os países ASEAN e de muitos países da área do Pacífico, incluindo os EUA e o Canadá. Esforços adicionais para promover o turismo foram efetuados nos anos seguintes.

A partir de 1986, ano em que se registou a entrada de 850 mil turistas estrangeiros, o crescimento do setor acelerou de forma acentuada, com aquele número a crescer à média anual de 19,7%, atingindo cerca de 5 milhões em 1995. No mesmo período, as despesas dos turistas aumentaram sensivelmente 25% ao ano, de 590,5 milhões de USD para 4,3 mil milhões de USD. Nos dois anos seguintes, os rendimentos gerados pela indústria turística continuaram a subir, embora o número de turistas tenha estabilizado à volta dos 5 milhões anuais.

A partir da segunda metade de 1997 os visitantes estrangeiros começaram a diminuir, observando-se apenas 3,8 milhões em 1998. Em 1999 e no ano 2000 os respetivos números de visitantes estrangeiros foram, respetivamente, 3,9 milhões e 4,2 milhões. A quebra verificada resultou do aumento de distúrbios populares e da instabilidade política. Em 2000, as receitas foram de 4,8 mil milhões de USD, sendo inferior ao valor de 1997 (5,3 mil milhões de USD).

O turismo na Indonésia sofreu severamente com os cancelamentos de viagens na sequência dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 nos EUA. O setor pareceu recuperar em 2002, até que em meados de outubro, ocorreram atentados terroristas em Bali, vitimando cerca de 200 pessoas, na sua maioria turistas ocidentais. Novas ocorrências violentas, a síndrome respiratória aguda grave de 2003, a gripe da aves e o *tsunami* de 2004, acompanhado da publicidade negativa à sua volta, mantiveram o número de turistas reduzido, cerca de 5 milhões em 2005, menos 6% do que no ano anterior.

Em 2006, verificou-se, ainda, uma ligeira redução nas chegadas de turistas (a variação percentual foi de -2,6%). Registaram-se incrementos no número de turistas de, aproximadamente, 13% em 2007 e 2008 e de apenas 1,4% em 2009. Os acréscimos em 2010 e 2011 foram, respetivamente, de cerca de 11% e 9%.

No período de 2007 a 2011 (último ano disponível), o crescimento médio anual das chegadas de turistas foi de 8,7%.

#### Indicadores do Turismo

	2007	2008	2009	2010	2011
Turistas (10 <sup>3</sup> )	5.506	6.234	6.324	7.003	7.650
Receitas (10 <sup>6</sup> USD)	5.346	7.377	5.598	6.958	7.953

Fonte: World Tourism Organization (UNWTO)

Em termos de receitas, verificaram-se acréscimos em 2008 (38%), 2010 (24,3%) e 2011 (14,3%) e uma redução em 2009 (a variação percentual foi de -24,1%). O crescimento médio anual foi, neste caso, de 13,1%.

As principais origens de turistas estrangeiros para a Indonésia, em 2011, foram Singapura (com 19,7% do total), a Malásia (17%), a Austrália (12,2%), a China (7,5%), o Japão (5,4%) e a Coreia do Sul (4%).

De referir, que os países do sudeste asiático, só por si, representaram 42,9% do total de turistas estrangeiros que visitaram o país em 2011, enquanto outros mercados da região Ásia/Pacífico e a Europa foram emissores, respetivamente, de 36,8% e 13,7%.

### 3. Relações Económicas com Portugal

#### 3.1. Comércio de Bens

A Indonésia é um parceiro comercial com pouca relevância na estrutura do comércio internacional português, ocupando, em 2012, o 81º lugar no *ranking* dos clientes de Portugal, a melhor posição dos últimos cinco anos. O peso das exportações portuguesas para a Indonésia, nesse ano, foi de apenas 0,03% do respetivo total, como se verificou nos dois anos anteriores, tendo sido a quota mais elevada desse período.

Em 2012, a Indonésia posicionou-se no 59º lugar no *ranking* dos fornecedores de Portugal e o peso das compras de bens provenientes desse país foi de 0,1% do respetivo valor global, sendo a pior posição e a menor quota dos últimos cinco anos.

#### Importância da Indonésia nos Fluxos Comerciais de Portugal

		2008	2009	2010	2011	2012	2013 Jan/Mar
Indonésia como cliente de Portugal	Posição	108 <sup>a</sup>	95 <sup>a</sup>	85 <sup>a</sup>	89 <sup>a</sup>	81 <sup>a</sup>	83 <sup>a</sup>
	% Saídas	0,01	0,02	0,03	0,03	0,03	0,03
Indonésia como fornecedor de Portugal	Posição	48 <sup>a</sup>	51 <sup>a</sup>	57 <sup>a</sup>	50 <sup>a</sup>	59 <sup>a</sup>	48 <sup>a</sup>
	% Entradas	0,14	0,15	0,11	0,15	0,10	0,15

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Nota: Os termos Saídas e Entradas correspondem aos agregados (Expedições+Exportações) e (Chegadas+Importações), cujas designações se referem às trocas comerciais IntraUE e ExtraUE, respetivamente

De janeiro a março de 2013, a Indonésia ocupou a 83ª posição no respetivo *ranking* de clientes, com um quota de 0,03% e o 48º lugar no de fornecedores, com uma percentagem de 0,15%.

As exportações portuguesas para a Indonésia aumentaram sempre de 2008 a 2012, sendo o incremento de 2010 de 73,9% e os de 2009 e 2012 superiores a 40%. Em 2011, registou-se um acréscimo de 10,1%. Dessa forma, o crescimento médio anual ao longo do período em análise foi de 42,2%.

As nossas compras de produtos provenientes do mercado indonésio diminuíram em 2009 (uma variação percentual de -14,8%) tendo as variações percentuais de 2010 e 2012 sido de -19% e -36,6%, respetivamente. Em 2011, verificou-se um incremento de 36,2% face ao ano anterior. A taxa de variação média anual foi de -8,6% no período de 2008 a 2012.

Os montantes das importações são significativamente superiores aos das exportações, o que se traduz em consideráveis saldos negativos ao nível da balança comercial. Esta registou, em 2008, um défice de 88,6 milhões de euros, sendo o de 2012 de 39,5 milhões de euros, que foram, respetivamente, o maior e o menor dos últimos cinco anos. Dessa forma, o coeficiente de cobertura das importações pelas exportações passou de 4,3% em 2008 para 28,3% em 2012.

#### Evolução da Balança Comercial Bilateral

(10 <sup>3</sup> EUR)	2008	2009	2010	2011	2012	Var % <sup>a</sup> 08/12	2012 Jan/Mar	2013 Jan/Mar	Var % <sup>b</sup> 12/13
Exportações	4.024	5.748	9.997	11.011	15.621	42,2	4.555	3.325	-27,0
Importações	92.605	78.913	63.893	87.026	55.165	-8,6	13.807	20.698	49,9
Saldo	-88.580	-73.165	-53.896	-76.015	-39.544	--	-9.252	-17.373	--
Coef. Cobertura	4,3%	7,3%	15,6%	12,7%	28,3%	--	33,0%	16,1%	--

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2008-2012

(b) Taxa de variação homóloga 2012-2013

2008 a 2011: resultados definitivos; 2012 resultados preliminares 3ª revisão; 2013: resultados preliminares 1º apuramento

Nos três primeiros meses de 2013, as nossas vendas para a Indonésia diminuíram (uma variação percentual de -27%), enquanto as compras provenientes desse país aumentaram 49,9%, face ao período homólogo do ano anterior.

Nas exportações de Portugal para a Indonésia, em 2012, na primeira posição situaram-se as máquinas e aparelhos, com 36,6% do total. Seguiram-se os veículos e outro material e transporte (19,3%), os metais comuns (18,6%), os plásticos e borracha (6,9%) e as matérias têxteis (6%).

Estes grupos de produtos representaram, em conjunto, cerca de 87% do total das exportações. Os valores desses agrupamentos aumentaram em 2012, relativamente ao ano anterior. O aumento no montante das máquinas e aparelhos situou-se acima de 100%, sendo os acréscimos dos veículos e outro material de transporte e dos metais comuns superiores a 400%.

Numa análise mais desagregada, a quatro dígitos da Nomenclatura Combinada, as quatro principais categorias de produtos exportados foram as seguintes: partes e acessórios dos veículos automóveis das posições 8701 a 8705 (com 19% do valor global), transformadores elétricos, conversores, bobinas de reactância e autoindução (9,7%), construções e suas partes de ferro fundido, ferro ou aço, excluindo os produtos da posição pautal 9406 (6,3%) e máquinas de ordenhar e máquinas e aparelhos para a indústria de lacticínios (5,9%).



O valor agregado destas categorias representou cerca de 41% do total em 2012.

#### Exportações por Grupos de Produtos

(10 <sup>3</sup> EUR)	2008	% Total 2008	2011	% Total 2011	2012	% Total 2012	Var % 11/12
Máquinas e aparelhos	1.114	27,7	2.339	21,2	5.720	36,6	144,6
Veículos e outro mat. transporte	23	0,6	519	4,7	3.022	19,3	482,0
Metais comuns	590	14,7	537	4,9	2.911	18,6	441,6
Plásticos e borracha	346	8,6	1.079	9,8	1.081	6,9	0,2
Matérias têxteis	501	12,5	538	4,9	935	6,0	74,0
Minerais e minérios	253	6,3	683	6,2	715	4,6	4,6
Madeira e cortiça	270	6,7	278	2,5	363	2,3	30,7
Químicos	115	2,9	3.912	35,5	284	1,8	-92,7
Peles e couros	1	0,0	198	1,8	120	0,8	-39,1
Alimentares	10	0,2	82	0,7	96	0,6	17,7
Combustíveis minerais	0	0,0	226	2,1	79	0,5	-65,0
Calçado	39	1,0	114	1,0	73	0,5	-35,8
Instrumentos de ótica e precisão	8	0,2	47	0,4	59	0,4	25,8
Vestuário	0	0,0	44	0,4	29	0,2	-34,4
Agrícolas	0	0,0	5	0,0	14	0,1	185,7
Pastas celulósicas e papel	664	16,5	400	3,6	2	0,0	-99,4
Outros produtos	39	1,0	12	0,1	117	0,8	909,0
Valores confidenciais	51	1,3	0	0,0	0	0,0	\$
<b>Total</b>	<b>4.024</b>	<b>100,0</b>	<b>11.011</b>	<b>100,0</b>	<b>15.621</b>	<b>100,0</b>	<b>41,9</b>

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Nota: \$ - Coeficiente de variação >= 1000% ou valor zero em 2011

Segundo a informação do GEE - Gabinete de Estratégia e Estudos (Ministério da Economia e do Emprego), os produtos classificados como de média-alta intensidade tecnológica representaram 53,8% das exportações portuguesas para a Indonésia, em 2011 (último ano disponível), de produtos industriais transformados (94,4% das exportações totais). Seguiram-se os produtos com graus de intensidade tecnológica baixa (19,5%), média-baixa (18,2%) e alta (8,4%).

Com base nos dados disponibilizados pelo INE, 111 empresas portuguesas efetuaram exportações de produtos para a Indonésia em 2011 (último ano disponível), uma subida de, aproximadamente, 29% em relação ao ano de 2007.

Ao nível das importações portuguesas de produtos da Indonésia, as matérias têxteis situaram-se na primeira posição, em 2012, com 28,6% do respetivo total.

Seguiram-se os produtos alimentares (14,8%), os produtos agrícolas (12,9%), as máquinas e aparelhos (10,4%) e os veículos e outro material de transporte (8,4%). Estes grupos representaram, em conjunto, cerca de 75% do respetivo valor global nesse ano.

Destes agrupamentos, os montantes referentes a máquinas e aparelhos e produtos agrícolas diminuíram em 2012 face ao ano anterior (variações percentuais, respetivamente, de -70,2% e -46,4%), tendo o valor dos produtos alimentares registado um aumento superior a 300%.

#### Importações por Grupos de Produtos

(10 <sup>3</sup> EUR)	2008	% Total 2008	2011	% Total 2011	2012	% Total 2012	Var % 11/12
Matérias têxteis	13.421	14,5	14.925	17,1	15.787	28,6	5,8
Alimentares	2.729	2,9	1.835	2,1	8.162	14,8	344,7
Agrícolas	30.897	33,4	13.319	15,3	7.136	12,9	-46,4
Máquinas e aparelhos	6.654	7,2	19.314	22,2	5.756	10,4	-70,2
Veículos e outro mat. transporte	2.229	2,4	2.885	3,3	4.648	8,4	61,1
Químicos	7.010	7,6	3.398	3,9	4.231	7,7	24,5
Plásticos e borracha	3.759	4,1	2.474	2,8	2.051	3,7	-17,1
Vestuário	738	0,8	1.143	1,3	1.545	2,8	35,1
Metais comuns	484	0,5	21.844	25,1	1.472	2,7	-93,3
Pastas celulósicas e papel	287	0,3	656	0,8	855	1,5	30,3
Minerais e minérios	353	0,4	87	0,1	679	1,2	680,6
Calçado	5.124	5,5	571	0,7	657	1,2	15,0
Madeira e cortiça	2.333	2,5	1.649	1,9	382	0,7	-76,8
Instrumentos de ótica e precisão	3.154	3,4	239	0,3	77	0,1	-68,0
Peles e couros	287	0,3	107	0,1	61	0,1	-43,1
Combustíveis minerais	7.586	8,2	0	0,0	0	0,0	§
Outros produtos	4.199	4,5	2.579	3,0	1.666	3,0	-35,4
Valores confidenciais	1.361	1,5	0	0,0	0	0,0	§
<b>Total</b>	<b>92.605</b>	<b>100,0</b>	<b>87.026</b>	<b>100,0</b>	<b>55.165</b>	<b>100,0</b>	<b>-36,6</b>

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Nota: § - Coeficiente de variação >= 1000% ou valor zero em 2011

Numa análise mais em detalhe, a quatro dígitos da Nomenclatura Combinada, as quatro primeiras categorias de produtos importados foram as seguintes: bagaços, outros resíduos sólidos da extração de gorduras ou óleos vegetais, exceto os das posições 2304 e 2305 (com 10,6% do total), fios de fibras sintéticas descontínuas, não acondicionados para venda a retalho (9,4%), fios de fibras artificiais descontínuas, não acondicionados para venda a retalho (8,2) e bicicletas e outros ciclos (incluindo os triciclos) sem motor (8%). O valor agregado destas categorias representou, aproximadamente, 36% do total.

Segundo a informação do GEE - Gabinete de Estratégia e Estudos (Ministério da Economia e do Emprego), os produtos classificados como de baixa intensidade tecnológica representaram 39,1% do valor das importações portuguesas provenientes da Indonésia, em 2011, de produtos industriais transformados (96,5% das importações totais). Seguiram-se os produtos com graus de intensidade tecnológica média-baixa (29,7%), alta (21,7%) e média-alta (9,6%).

Com base nos dados do INE, 298 empresas portuguesas efetuaram importações de produtos provenientes da Indonésia em 2011, uma quebra de 28% em relação a 2007.

### 3.2. Serviços

Não existem dados disponíveis que nos permitam fazer uma análise dos fluxos relativos aos serviços.

### 3.3. Investimento

Não existem dados disponíveis que nos permitam fazer uma análise dos fluxos relativos ao investimento.

### 3.4. Turismo

Não existem dados disponíveis que nos permitam fazer uma análise dos fluxos relativos ao turismo.

## 4. Condições Legais de Acesso ao Mercado

### 4.1. Regime Geral de Importação

Apesar da política liberalizadora e das reformas implementadas pela Indonésia desde a década de 80 existem, ainda, vários sinais de protecionismo que caracterizam este mercado: muitos produtos sujeitos a licença de importação; taxas aduaneiras elevadas; controlos alfandegários (ex.: inspeções de verificação da conformidade dos produtos à chegada e prévias ao embarque); entre outras medidas, como, por exemplo, registo de bens e requisitos rigorosos de rotulagem (é o caso dos [produtos alimentares](#) que para poderem ser importados e comercializados no país necessitam de estar registados junto da [National Agency of Drug and Food Control](#) e conter um rótulo escrito em *Bahasa Indonesia*, a língua local, de forma estável e irremovível, não sendo permitido a aposição de autocolantes).

Em matéria de despacho aduaneiro, o funcionamento pouco transparente da alfândega indonésia (ex.: excesso de inspeções o que implica uma demora no desalfandegamento das mercadorias; introdução de novas regras sem consulta prévia dos operadores; comportamentos pouco lícitos por parte de alguns funcionários) tem sido frequentemente considerado uma importante barreira às importações.

Os principais entraves comunicados pelas empresas europeias à Comissão podem ser consultados no *Site Markett Access Database* (apenas acessível para quem está localizado na União Europeia), no tema [Trade Barriers](#). No que diz respeito aos produtos agroalimentares pode, ainda, ser consultada a [lista de barreiras não tarifárias às exportações notificadas ao Ministério de Agricultura português](#).

No âmbito do regime de importação é, igualmente, de destacar que apenas empresas de direito local e devidamente registadas junto das autoridades locais (*Ministry of Finance* e *Ministry of Trade*), são elegíveis oficialmente para se licenciarem como importadores junto da [Directorate General of Customs and Excise](#) e disporem de um número de registo. Neste sentido, as empresas exportadoras devem sempre indicar um distribuidor/agente local para poderem proceder à venda dos seus bens.

Relativamente a normas e requisitos técnicos, importa salientar que os produtos industriais estão muitas vezes sujeitos ao cumprimento de normas nacionais, sendo a entidade responsável por esta área a [National Standardization Agency of Indonesia](#).

Por sua vez, os bens alimentares, assim como os produtos de origem vegetal, nomeadamente plantas e sementes, e os produtos de origem animal, devem cumprir normas fitossanitárias e sanitárias, sendo que a obtenção da informação e da documentação necessárias à exportação (ao nível dos certificados fitossanitários e sanitários) envolve [diversas diligências entre as entidades da administração pública portuguesa e os países de destino](#).

Ainda no que se refere aos produtos alimentares importa referir, pela sua importância, a denominada Certificação *Halal*: significa "permitido" ou "lícito" em árabe, a qual estabelece que nenhum produto pode contrariar os ditames e princípios da lei islâmica, de modo a ser aceite pelos consumidores locais.

Em Portugal, a Certificação *Halal* pode ser efetuada junto das seguintes entidades:

- [Comunidade Islâmica de Lisboa](#) – CIL, que necessita, para o efeito, de subcontratar os serviços da empresa MK4B, que está encarregue de efetuar a inspeção e fiscalização dos bens alimentares a exportar pelos agentes económicos, a respetiva composição e o processo de fabrico, assim como a elaboração do *dossier* administrativo a apresentar à CIL. Deste modo, as empresas portuguesas, quando da exportação destes bens, devem contactar com a empresa MK4B – Rua Acúrsio Pereira, n.º 20, r/c Dto., 1800-003 Lisboa – contacto: Sr. Paulo Vitorino; e-mail: [mk4b.lda@gmail.com](mailto:mk4b.lda@gmail.com) (a utilizar de forma preferencial); telemóvel: 933603015;
- [Instituto Halal de Portugal](#) – contacto: Sr. Vali (e-mail: [info@halal.org.pt](mailto:info@halal.org.pt)); telemóvel: 937860786.

Outro aspeto importante a considerar é a necessidade de [inspeção pré-embarque](#) para alguns produtos (como é o caso do ferro e do aço) tendo o Governo indonésio delegado na empresa indonésia [KSO Sucofindo - Surveyor Indonesia \(KSO SSI\)](#) a competência para a realização dessa inspeção.

Após o pedido do importador a KSO SSI reencaminha a ordem de inspeção para a entidade responsável no país exportador que, por sua vez, envia um pedido de informação à empresa exportadora. Em Portugal, a [BIVAC/Bureau Veritas](#) e a [Cotecna](#) são entidades que podem ser responsáveis pela referida inspeção.

No que se refere à documentação (geral/específica) exigida para a importação das mercadorias neste país, os interessados podem obter informação acedendo ao tema [Procedures and Formalities](#) no já referido *Site* da *Market Access Database*.<sup>1</sup> É possível clicar nos *itens* aí referidos para obter informação pormenorizada sobre cada uma das formalidades/documentos, chamando-se especial atenção para a coluna [Country Overview](#), no qual podem ser consultadas variadíssimas matérias, de entre as quais se destacam os procedimentos aduaneiros de importação, as regras de rotulagem e embalagem, a regulamentação técnica de produtos e a inspeção pré-embarque.

A Pauta Aduaneira Indonésia segue o Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias da ASEAN (AHTN), baseada no Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias (SH), sendo a maioria dos direitos alfandegários calculada numa base *ad valorem* sobre o valor CIF das mercadorias.

Relativamente aos encargos aduaneiros, a tributação aplicada na entrada de produtos na Indonésia pode ser consultada no *Site* da *Market Access Database*, no tema [Tariffs](#), seleccionando o mercado e o produto/código pautal<sup>2</sup>. Clicando no código pautal específico do produto (classificação mais desagregada), os interessados têm acesso a outras imposições fiscais para além dos direitos de importação (ex.: *Value Added Tax*, *Sales Tax on Luxury Goods*, *Excise Duties*).

No que concerne a encargos adicionais aos direitos de importação, importa mencionar:

- Imposto sobre o Valor Acrescentado (*Value Added Tax*) – Recai sobre a venda de bens e serviços e importações à taxa normal de 10%. A importação de alguns produtos alimentares como o arroz, o sal, o milho e a soja estão isentos de IVA.
- Taxa sobre Artigos de Luxo (*Sales Tax on Luxury Goods*) – Variável (dependendo do produto) entre os 10% e os 75%. Incluem-se, entre outros produtos: artigos em couro, calçado, perfumes, equipamento desportivo, mobiliário.
- Impostos Especiais sobre o Consumo (*Excise Duties*) – Incidem (a taxas variáveis) sobre cigarros, cerveja, vinho e bebidas espirituosas.

---

<sup>1</sup> Os critérios de pesquisa são os seguintes: seleccionar o mercado - *Country / Indonesia*; introduzir as posições pautais dos produtos - *Product Code* - a 4 ou 6 dígitos; clicar em *Search* e aceitar as condições em *Accept*.

<sup>2</sup> Os critérios de pesquisa são os mesmos utilizados para obter os procedimentos e formalidades (documentação).

Para mais informações sobre encargos aduaneiros e encargos adicionais como o *Value Added Tax* e a *Sales Tax on Luxury Goods* os interessados podem consultar a publicação da PWC [Indonesian Pocket Tax Book 2013](#).

#### 4.2. Regime de Investimento Estrangeiro

Em dezembro de 2007 foi aprovado o novo regime jurídico ([Lei n.º 25/2007](#)) para o investimento na Indonésia, que visa melhorar o clima de negócios no país e criar um quadro mais transparente em termos de segurança jurídica e igualdade de tratamento entre o investimento doméstico e externo. Com esta reforma, que revoga a legislação de 1968, foram consignados, entre outros, os seguintes objetivos:

- Redução dos prazos necessários para a obtenção de todas as autorizações necessárias ao início de uma atividade;
- Liberdade de repatriação do capital investido e dos lucros gerados pelo investimento, bem como de compensações eventualmente recebidas do Governo em resultado da nacionalização da empresa constituída pelo investidor estrangeiro;
- Alteração da *negative list* que estabelece os setores completamente fechados ou apenas parcialmente proibidos ao investidor, com vista a permitir um maior acesso dos promotores à atividade económica. O Decreto Presidencial n.º 77/2007 (alterado pelo [Decreto Presidencial n.º 111/2007](#)) define os setores fechados e indica, igualmente, os setores que se encontram apenas parcialmente vedados (quotas de capital permitidas ao investidor); mais recentemente, e com o objetivo de responder aos compromissos assumidos no âmbito da ASEAN, o Governo aprovou um novo Decreto Presidencial ([n.º 36/2010](#)) que revê a política de investimento nos diversos setores de atividade.

Os interessados podem consultar esta [regulamentação](#), [entre outra](#) (bem como as [listas das atividades proibidas e vedadas sob condição](#)), no *Site* do [Indonesia Investment Coordinating Board \(BKPM\)](#) organismo governamental responsável pela promoção do investimento na Indonésia, assim como pela coordenação das políticas nesta área.

A apresentação do investimento e do projeto com vista à sua aprovação correm junto do *BKPM*, à qual se seguem os demais passos burocráticos, que incluem escritura de constituição da sociedade, registo fiscal, registo comercial, publicação no jornal oficial, legalização de eventuais trabalhadores estrangeiros e demais licenciamentos a que haja lugar em face do investimento em causa (licenças ambientais, locais, alvarás, entre outros). Em 2009 o Governo aprovou legislação com vista à implementação do [one-stop-shop system](#) (*PTSP*), para facilitar o licenciamento dos projetos de investimento; também foi criada a [National Single Window for Investment](#) (*NSWi*).

Apesar da reforma empreendida no sentido de liberalizar o regime de investimento (facilitando e reduzindo os procedimentos burocráticos) a [Delegação da União Europeia em Jacarta](#) tem considerado que existe um pendor restritivo a nível da decisão ministerial, que ultrapassa, muitas vezes, o previsto na *negative list*; tem alertado, também, para a falta de transparência e de consulta pública na elaboração da legislação, quer na área do investimento, quer do comércio. Em face de mudanças imprevisíveis nesta área, aconselha-se os eventuais promotores a consultar do *BKPM* antes da realização de qualquer operação de investimento.

De entre os incentivos existentes ao investimento destacam-se: a redução do imposto sobre o rendimento e a isenção ou redução do imposto sobre o valor acrescentado e de direitos aduaneiros na importação de bens de equipamento e matérias-primas não produzidos localmente – consultar o *Site* da *BKPM* – [Taxation](#) (escolher *Incentives* e *Vallued Added Tax*).

A Indonésia dispõe de várias EPZ's – *Export Processing Zones* (a mais conhecida destas zonas é a *Batam Industrial Zone*, administrada pela [Batam Industrial Development Authority](#)), que permitem o acesso, por parte das empresas aí instaladas, a um conjunto significativo de benefícios fiscais (ex.: isenções de IVA e direitos aduaneiros).

Importa, ainda, salientar que a *NSWi* disponibiliza no seu *Site* informação sobre os vários passos que o investimento estrangeiro deve cumprir ([Investment Step by Step](#)). Quanto a informações fiscais relevantes para efeitos de investimento as mesmas podem ser obtidas no *Site* da [BKPM](#).

Para mais informações sobre o quadro legal do investimento estrangeiro, formas de estabelecimento, sistema fiscal, aspetos laborais, entre outras, os interessados podem consultar o Guia do Investidor na Indonésia ([Investing in Indonesia 2013](#)), da *KPMG/Indonesia*.

Por último é de realçar que, por forma a reforçar o desenvolvimento das relações de investimento entre Portugal e a Indonésia, foi celebrada entre ambos os países a [Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e Respetivo Protocolo](#), em vigor desde 11 de maio de 2007.

## 5. Informações Úteis

### Formalidades na Entrada

Os cidadãos portugueses necessitam de visto para entrar no território indonésio, devendo ser portadores de passaporte com validade superior a 6 meses.

Todavia, desde 1 de agosto de 2005, a Indonésia concede aos cidadãos portugueses a facilidade de obtenção de um visto à chegada nos principais portos e aeroportos do país.



## Hora Local

Existem na Indonésia três fusos horários diferentes:

Zona ocidental (Jacarta) – corresponde ao GMT mais sete horas. Em relação a Portugal, tem mais sete horas no horário de inverno e mais seis horas no de verão;

Zona central (Bali) – corresponde ao GMT mais oito horas. Em relação a Portugal, tem mais oito horas no horário de inverno e mais sete horas no de verão;

Zona oriental (Molucas) – corresponde ao GMT mais nove horas. Em relação a Portugal, tem mais nove horas no horário de inverno e mais oito horas no de verão.

## Horários de Funcionamento

### Serviços Públicos:

8h30 às 16h30 (de domingo a quinta-feira)

### Bancos:

8h00 às 15h00 (de segunda-feira a sexta-feira)

### Comércio Tradicional:

8h30 / 9h00 às 18h30 / 19h00 (de segunda-feira a sábado)

### Centros Comerciais e Supermercados:

9h00 ou 10h00 às 22h00 (de segunda-feira a sexta-feira)

10h00 às 22h00 (sábados e domingos)

### Farmácias:

8h00 às 21h00 ou 22h00 (de segunda-feira a sábado)

Algumas farmácias estão abertas 24 horas. As farmácias localizadas nos hospitais estão abertas 24 horas por dia.

### Correios:

8h00 às 16h00 (de segunda-feira a sexta-feira)

## Feriados 2013

1 de janeiro – Dia de Ano Novo

24 de janeiro – *Maulidur Rasul* (Aniversário do Profeta Maomé)

10 de fevereiro – Ano Novo Chinês

12 de março – *Nyepi* (Ano Novo Hindu)  
29 de março – Sexta-feira Santa  
9 de maio – Dia da Ascensão de Jesus Cristo  
25 de maio – Dia *Vesak* (Aniversário de Buda)  
6 de junho – *Isra Miraj* (Ascensão do Profeta Maomé)  
8-9 de agosto– *Eid al-Fitr* (Fim do Ramadão)  
17 de agosto – Dia da Independência  
15 de outubro – *Eid al-Adha* (Festa do Sacrifício)  
5 de novembro – *Muharram* (Novo Ano Islâmico)  
25 de dezembro – Dia de Natal

### Corrente Elétrica

A maioria das tomadas é de 220 volts.

### Pesos e Medidas

É utilizado o sistema métrico.

## 6. Contactos Úteis

### Em Portugal

Embaixada da Indonésia em Lisboa  
Rua Miguel Lupi, 12, 1º  
1249-080 Lisboa  
Tel.: +351 213 932 070 | Fax: +351 213 932 079  
E-mail: [info@indonesiaembassy-lisbon.net](mailto:info@indonesiaembassy-lisbon.net)

**aicep** Portugal Global  
Rua Júlio Dinis, 748, 9º Dto  
4050-012 Porto  
Tel.: +351 226 055 300  
E-mail: [aicep@portugalglobal.pt](mailto:aicep@portugalglobal.pt) | <http://www.portugalglobal.pt>

**aicep** Portugal Global  
Av. 5 de Outubro, 101  
1050-051 Lisboa  
Tel.: +351 217 909 500  
E-mail: [aicep@portugalglobal.pt](mailto:aicep@portugalglobal.pt) | <http://www.portugalglobal.pt>

CCIIP - Câmara do Comércio e Indústria Indonésia Portugal  
Rua de Sá da Bandeira, 481, 1E  
4000-436 Porto  
Tel: +351 223 392 500 | Fax: +351 223 392 509  
E-mail: [geral.cciip@gmail.com](mailto:geral.cciip@gmail.com)

Autoridade Tributária e Aduaneira  
Rua da Alfândega, 5, r/c  
1149-006 Lisboa  
Tel.: +351 218 813 700 | Linha Azul: +351 218 813 818  
E-mail: [at@at.gov.pt](mailto:at@at.gov.pt) | <https://www.e-financas.gov.pt/de/jsp-dgaiec/main.jsp>

COSEC - Companhia de Seguro de Créditos, S.A.  
Direção Internacional  
Av. da República, 58  
1069-057 Lisboa  
Tel.: +351 217 913 832 | Fax: +351 217 913 839  
E-mail: [international@cosec.pt](mailto:international@cosec.pt) | <http://www.cosec.pt>

Comunidade Islâmica de Lisboa  
Av. José Malhoa (à Praça de Espanha)  
1000 Lisboa  
Tel.: 213 874 142  
E-mail: [cil.lisboa@gmail.com](mailto:cil.lisboa@gmail.com); [info@comunidadeislamica.pt](mailto:info@comunidadeislamica.pt) | <http://www.comunidadeislamica.pt>

Empresa MK4B (Certificação *Hala*)  
Rua Acúrsio Pereira, 20, r/c Dto  
1800-003 Lisboa  
E-mail: [mk4b.lda@gmail.com](mailto:mk4b.lda@gmail.com)  
Telemóvel: +351 933603015

Instituto *Hala* de Portugal Fundação – FIP (Certificação *Hala*)  
Av. Vila Amélia Lote 171/172  
Quinta do Anjo  
2950-805 Palmela  
Tel.: +351 212 110 530 | Fax: +351 212 110 539  
E-mail: [info@halal.org.pt](mailto:info@halal.org.pt) | <http://halal.org.pt>

Bivac Ibérica (Bureau Veritas)  
(Inspeção Pré-Embarque)  
Pólo Tecnológico de Carnide  
Rua H, 4-4ª  
1600-485 Lisboa  
Tel.: +351 210 006 700 | Fax: (+351) 210 006 780  
E-mail: [administrativo.bivac@pt.bureauveritas.com](mailto:administrativo.bivac@pt.bureauveritas.com) | <http://www.bivac.com>  
Porto  
Rua 28 de janeiro, 350  
4400-335 Vila Nova de Gaia  
Tel.: +351 223 774 120 | Fax: +351 223 774 121  
E-mail: [victor.fernandes@pt.bureauveritas.com](mailto:victor.fernandes@pt.bureauveritas.com)

COINS Portugal – Unipessoal Lda – (Grupo COTECNA)  
(Inspeção Pré-Embarque)  
Avenida da Boavista 1361  
Sobreloja  
4100-130 Porto  
Tel.: +351 226 052 450 | Fax +351 226 005 501  
E-mail: [cotecna.porto@cotecna.pt](mailto:cotecna.porto@cotecna.pt) | <http://www.cotecna.pt>

#### Na Indonésia

Embaixada de Portugal em Jakarta  
Jalan Indramayu, 2A, Menteng  
Jakarta Pusat 10310 - Indonesia  
Tel.: +62 213 1908030 | Fax: +62 2131908031  
E-mail: [porembjak@cbn.net.id](mailto:porembjak@cbn.net.id) | <http://www.embassyportugaljakarta.or.id>

**aicep** Portugal Global Trade & Investment Agency  
Embassy of Portugal  
Jl. Indramayu, 2A, Menteng  
Jakarta 10310 - Indonesia  
Tel.: +62 21 31908030 | Fax: +62 21 31908031

Delegation of the European Union to Indonesia, Brunei Darussalam and ASEAN  
Intiland Tower, 16th floor  
Jl Jend Sudirman 32  
Jakarta 10220 - Indonesia  
Tel.: +62 21 25546200 | Fax: +62 21 25546201  
E-mail: [delegation-indonesia@eeas.europa.eu](mailto:delegation-indonesia@eeas.europa.eu) |  
[http://eeas.europa.eu/delegations/indonesia/index\\_en.htm](http://eeas.europa.eu/delegations/indonesia/index_en.htm)

Indonesia Investment Coordinating Board  
(Badan Koordinasi Penanaman Modal - BKPM)  
Jalan Jenderal Gatot Subroto, 44  
Jakarta 12190  
P.O. Box 3186 - Indonesia  
Tel.: +62 21 52921329/30/34/35 | Fax: +62 21 5202050  
E-mail: [info@bkpm.go.id](mailto:info@bkpm.go.id) | <http://www6.bkpm.go.id>

National Standardization Agency of Indonesia  
Gedung Manggala Wanabakti, Blok IV, Lantai 3-4  
Jl. Gatot Subroto, Senayan  
Jakarta 10270 - Indonesia  
Tel.: +62 21 5747043 | Fax +62 21 5747045  
E-mail: [bsn@bsn.go.id](mailto:bsn@bsn.go.id) | <http://www.bsn.go.id>

## 7. Endereços de Internet

A informação *online* aicep Portugal Global pode ser consultada no *Site* da Agência, nomeadamente, nas seguintes páginas:

- [Guia do Exportador](#)
- [Temas de Comércio Internacional](#)
- [Apoios Financeiros à Internacionalização – Guia Prático](#)
- [Mercados Externos](#)
- [Livraria Digital](#)

Outros endereços:

- [Área de Livre Comércio entre a Associação das Nações do Sudeste Asiático e a China](#)
- [Asia-Europe Meeting](#) (ASEM)
- [Asia-Pacific Economic Cooperation](#) (APEC)
- [Association of Southeast Asian Nations](#) (ASEAN)

- [Banco Asiático de Desenvolvimento](#) (BAsD)
- [Banco de Compensações Internacionais](#)
- [Bank of Indonesia](#) (Central Bank)
- [BATAM Center](#)
- [Comunidade Islâmica de Lisboa](#) (CIL)
- [Delegation of the European Union to Indonesia, Brunei Darussalam and ASEAN](#)
- [Directorate General of Customs & Excise](#)
- [Directorate General for National Export Development](#) (DGNED)
- [Doing Business in Indonesia 2013](#) (World Bank Group)
- [Doing Business in Indonesia – Business Reforms 2013](#) (World Bank Group)
- [Doing Business in Indonesia – Law Library – Business Laws and Regulations](#) (World Bank Group)
- [Doing Business in Indonesia – Starting a Business 2012](#) (World Bank Group)
- [European External Action Service](#) (EEAS – Indonesia)
- [INATRADE - Trade's licensing services using electronic and online system](#)
- [Indonesia Investment Coordinating Board](#) (BKPM)
- [Indonesia National Single Window](#)
- [Indonesia News Agency](#) (Antara News)
- [Instituto Halal de Portugal](#)
- [Investing in Indonesia 2013](#), da KPMG/Indonesia
- [Legislation Indonesia](#) (Lexadin)

- [Market Access Database](#) (tariffs; import formalities; trade barriers; etc.)
- [Ministry of Finance](#)
- [Ministry of Foreign Affairs](#)
- [Ministry of Health](#)
- [Ministry of Tourism and Creative Economy](#)
- [Ministry of Trade](#)
- [National Agency of Drug and Food Control](#) (NA-DFC)
- [National Portal Republic of Indonesia](#)
- [National Single Window for Investment](#) (NSWi)
- National Single Window for Investment – [Investment Step by Step](#)
- [National Standardization Agency of Indonesia](#) (BSN)
- [Organização das Nações Unidas](#) (ONU) e suas [agências especializadas](#)
- [Organização Mundial de Comércio](#) (OMC)
- [Pacific Economic Cooperation Council](#) (PECC)
- PWC [Indonesian Pocket Tax Book 2013](#)
- [Statistics Indonesia](#)
- [Tempointeractive – Indonesia's Weekly News Magazine](#)
- [Tourism Indonesia](#)